

Como citar este texto: PERRIN, M. Ideologia da cidade & utopia do habitar: a coexistência urbana em paradoxo. Traduzido do francês por Mathieu Perrin e Livia Ikemori. **VIRUS**, São Carlos, n. 5, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus05/?sec=4&item=4&lang=pt>>. Acesso em: dd mmm. aaaa.

Ideologia da cidade & utopia do habitar: a coexistência urbana em paradoxo

Mathieu Perrin

Mathieu Perrin é Urbanista e Mestre em Ciências do Território, pesquisador do *Institut d'Urbanisme de Grenoble*, França, estuda as influências da democratização de sociedades ocidentais nas relações entre a cidade e o habitar, especialmente nos Estados Unidos, Brasil, África do Sul e França.

Resumo

Esta publicação pretende retomar os conceitos de ideologia e utopia para explicar as tensões contemporâneas que possam existir entre a escala da cidade e do habitar. Uma leitura deste tipo nos leva a repensar na questão das relações de poder e na forma como estas influenciam na morfologia e nos padrões de segregação das cidades ocidentais.

Palavras-chave: ideologia/utopia, habitar/cidade, fechamento residencial, segregação, democratização.

Introdução

Multiplicam-se as constatações de uma fragmentação no âmago do urbano contemporâneo. A cidade luta para constituir uma sociedade (DONZELOT, 1999). Não existe mais esta ligação, que no passado fazia da cidade um conjunto de espaços relativamente interdependentes. Desde então, muitos territórios se emanciparam, resultando em uma diversificação das destinações. A geografia urbana relata então certa complexidade, principalmente na escala residencial. A moradia não pode mais ser considerada apenas como um contexto para a vida, pois tornou-se portadora de interesses setoriais. Em outras palavras, ela torna-se ela própria vetor de uma relação, extremamente política, com o resto da cidade. Essa evolução pode parecer surpreendente, ou mesmo anacrônica, porque a maioria das sociedades ocidentais tende atualmente a mostrar uma face mais democrática. Novas populações foram progressivamente integradas à prática cidadã. E pelo menos no *status* político um pouco mais

de igualdade parece respeitada. Entretanto, esta dinâmica se reflete pouco no espaço. Seria inclusive o contrário. Pois o fenômeno de abertura nos campos político e social é compensado pelo fechamento dos espaços cada vez mais marcado no seio das cidades ocidentais. Restringe-se gradativamente a área de atuação do domínio público e se multiplicam as proibições de acesso a lugares que antes eram percorridos livremente.

A difusão do conjunto residencial fechado parece marcar uma radicalização no processo de fechamento dos espaços urbanos, porque ele confisca materialmente áreas da cidade aberta. No entanto, algumas configurações intermediárias, menos marcadas fisicamente, já tinham iniciado esta tendência. Por exemplo, os loteamentos têm, já há muito tempo, reduzido a área de influência da esfera pública, colocando o destino de vários espaços internos sob o controle de órgãos de administração privados e dedicados à interesses extremamente localizados. Assim a questão da segurança pode certamente explicar em parte a elevação desses muros, mas fronteiras geralmente mais imateriais já circunscreviam áreas de habitação das elites no final do século XIX. Ainda hoje, muitos moradores de conjuntos fechados afirmam terem sido tão ou mais atraídos pelo ambiente, qualidade dos serviços e equipamentos, sociabilidade de vizinhança ou pela eficiência da gestão interna oferecida nesses conjuntos, do que pelos dispositivos de segurança.

O objetivo principal então é duplo. Trata-se de entender a razão dessa valorização contemporânea do habitar, que começara antes mesmo do fechamento físico das áreas residenciais, mas também de apreender o mecanismo que permite explicar os intensos processos de segregação nas sociedades ocidentais, que, no entanto, democratizaram-se amplamente. Nesse texto, será proposta uma resposta a essa dupla interrogação, recorrendo aos conceitos de ideologia e utopia, que parecem especialmente adequados para entender as tensões contemporâneas que podem existir entre a cidade e o habitar, entre um universo mais aberto e um mundo mais privativo.

1. Urbanismos: ideologia e utopia

Inicialmente, os termos ideologia e utopia têm uma história distinta. É apenas no início do século XX que o sociólogo alemão K. Mannheim (1929) os associa para conceituar dois modos de pensar antagônicos. A utopia é o procedimento usado por quem sente falta de poder, por quem não tem a capacidade de agir sobre o real. Aliás, não é por acaso que a utopia surge primeiro como um estilo literário, porque geralmente o mundo ideal descrito pelo autor não fica livre de segundas intenções. Nas entrelinhas, frequentemente adivinha-se uma condenação da sociedade real, considerada falha e injusta. A crítica aparece mais ou menos encoberta, dependendo da liberdade de expressão do escritor, mas geralmente é expressa com certa prudência, porque o real é ameaçador. O autor distancia-se da sociedade na qual ele vive, descrevendo um mundo não localizável no tempo e no espaço. A etimologia presumida do termo «utopia» é reveladora. O inventor deste neologismo, Thomas More

(1516), teria adicionado o prefixo "u" privativo a uma forma derivada do grego, *topos*, que significa lugar. A ilha idealizada pelo intelectual inglês estava efetivamente descrita sem nenhuma localização¹.

Este afastamento causado pela abstração garante especialmente ao mundo criado não ser contaminado pelos vícios existentes no mundo real. Mas outra vez, é para o escritor um meio de fugir de um cotidiano repressivo. A utopia não é, portanto, apenas uma simples imagem, ou uma simples invenção do espírito, mas mais amplamente um modo de pensar que tende a se desenvolver pelos seres que sofrem por não poderem agir e transformar concretamente a sociedade. Este processo mental provavelmente tem origem no inconsciente (DADOUN, 2000). Inversamente, K. Mannheim (1929) utiliza o conceito de ideologia para descrever este modo de pensar que se inscreve diretamente no real e na história. Não se trata mais de evitar ou de se distanciar, já que o combate pode acontecer dentro da própria sociedade, como por exemplo, na arena política ou na esfera midiática. Existe lugar e às vezes até esperança de que as intervenções pesem sobre o porvir. O idealista desfruta de uma liberdade e de um poder que o utopista não conhece. O primeiro pode trabalhar na essência, expondo abertamente suas ideias no debate público, enquanto que o segundo limita-se à forma, desenhando na surdina um mundo do irreal.

Esta dialética, opondo ideologia e utopia, evidencia um potencial, suscetível de enriquecer a análise do urbano contemporâneo. Não existem modos de investimento na cidade mais integrados, trabalhando a essência do urbano? Não existem, inversamente, modos de investimento mais destacados, modelando formas particularmente localizadas? Então, sem dúvida, é preciso conceber dois urbanismos, um ideológico e outro utópico. Por exemplo, o espírito do gesto agenciador haussmanniana diverge amplamente, transformando radical e massivamente os tecidos centrais e a vida da cidade, do ato loteador, de quem é esperado oferecer uma qualidade de vida para um público específico. Certamente esses dois urbanismos se mostram às vezes complementares, mas revelam lógicas bem diferentes. Geralmente, as escalas de intervenção não são as mesmas e os atores envolvidos na planificação também variam. De um lado, existe um envolvimento do poder público, que se encarrega do desenho da cidade, e do outro lado um envolvimento dos investidores privados, que se focam na produção do habitar. Não se deve pensar que a questão residencial tenha sempre sido tratada de maneira utópica, entregue nas mãos de promotores privados que veem o interesse da comunidade residencial acima do interesse da coletividade da cidade. As áreas residenciais e as políticas de habitação desenvolvidas pelo poder público extremamente influente durante o período moderno mostram justamente o contrário. Frequentemente a habitação era inclusive

¹ A maioria dos escritores que tem se arriscado a produzir utopias literárias experimentaram vidas cheias de constrangimentos. Autores como More (1516), Campanella (1602), Bacon (1624), Harrington (1656) ou Cabot (1848) foram todos submetidos, em algum momento de seu percurso, a algum tipo de banimento/punição, que podia ser o exílio, o aprisionamento ou o isolamento forçado. Algumas vezes estes utopistas foram até mesmo condenados à morte.

monumentalizada (PINSON, 1997), e o lar estava integrado diretamente à vida da cidade, limitando as possibilidades de privacidade à escala da vizinhança.

A maneira com que as populações se inserem no espaço, e, por conseguinte na vida da cidade, nunca é neutra. Prova disso é o debate que se iniciou em relação ao fenômeno de fechamento residencial. A multiplicação dessas fronteiras e muros protegendo as áreas residenciais em muitas cidades é frequentemente considerada como uma violência, como uma ofensa à vida da cidade, pois as populações geralmente ricas se desolidarizam, pelo menos espacialmente, do restante do urbano, embora esse fenômeno tenha se difundido mais tarde entre habitantes mais modestos. Por isso, ao contrário da ideia corrente, esta evolução nos modos de morar das elites muito certamente reflete uma fraqueza, sobretudo sob a ótica da evolução histórica. Enquanto as elites tinham, no passado, especialmente no início do urbanismo, o poder de remodelar vastas áreas, a fim de organizar o espaço de acordo com sua conveniência e seus interesses próprios, elas parecem a partir de agora concentrar seus esforços em territórios restritos. A inserção das camadas dominantes na cidade se faria minimamente. Não se trata mais de priorizar a essência e, portanto, de definir a estrutura geral da cidade com certa autoridade, mas de direcionar o esforço sobre a forma, ou seja, mais particularmente o ambiente habitável sobre o qual ainda é possível manter o controle. Em outras palavras, por ser normal, e após uma perda da capacidade de agir em um espaço urbano democratizado, as elites teriam se dedicado a definir mais localmente o espaço suscetível a reunir seus próprios interesses. Não mais possuindo os meios de investimento ideológico, diante de uma cidade que não é mais sempre desenhada de forma a favorecê-las, estas populações teriam optado por uma forma de se retirar, qualificável como utópico.

2. Democratização e segregações

A segregação urbana evidencia claramente as relações de poder que existem na cidade, porém, não se deve estabelecer uma relação direta entre os dois. Os espaços mais discriminados não retratam necessariamente as sociedades mais desiguais. Por exemplo, pouca distância geográfica separava o mestre do escravo no ambiente urbano, embora uma relação de dominação extrema existisse entre os dois. Contudo, apesar desta proximidade, os espaços expressavam claramente a hierarquia. O simbolismo arquitetônico ou as condutas a serem adotadas em diferentes lugares da cidade sempre lembravam ao escravo sua posição de inferioridade. Então, por que o mestre teria preferido manter distância da força de trabalho servil que atendia a suas necessidades? Antes, é quando o dominador tende a perder a sua autoridade, quando ele tende a considerar a coexistência mais ameaçadora do que interessante, que uma reorganização drástica do espaço lhe parece necessária. Paradoxalmente, o recurso à violência muitas vezes é significativo de uma perda de autoridade (Arendt, 1969). Em outros termos, uma prática urbanística intencionalmente segregacionista é, geralmente, reflexo de uma certa fraqueza das elites. É evidente que elas ainda têm o poder

de decidir, de trabalhar o espaço, mas sentem a necessidade de utilizar esta capacidade para imprimir no urbano uma hierarquia ao nível de um ponto de vista social.

Se a segregação espacial pode ser considerada uma consequência paradoxal da democratização das sociedades ocidentais, é indispensável refinar essa leitura, pois existem diferentes modelos segregacionistas que marcaram o urbano em diferentes períodos da história contemporânea. A democratização de uma sociedade sempre se faz em um tempo longo e compreende fases distintas. O espaço reflete isso, mostrando diferentes modos discriminatórios ao longo das etapas. Então, faz-se necessário distinguir pelo menos dois modelos de segregação, um excludente e se inscrevendo principalmente em uma prática urbanística ideológica, e o outro, exclusivo, e mais ligado a uma versão utópica do planejamento. Por exemplo, o primeiro é essencialmente baseado em dispositivos que trabalham a essência do urbano, ainda que isso signifique excluir dos centros históricos vastas populações consideradas indesejáveis, enquanto o segundo depende essencialmente de ações localizadas que garantem a certas formas, certos enclaves, a identidade populacional desejada. A fronteira entre estes dois modelos segregacionistas muitas vezes é sutil, porém a nuance é importante, pois os dispositivos excludentes supõem uma autoridade sobre a vida da cidade e sobre o poder público pelos atores envolvidos na execução desta política discriminatória de grande amplitude. Pelo contrário, a implementação de medidas exclusivas demandam apenas o controle de uma área geográfica restrita, frequentemente de natureza residencial e na qual a demografia local é homogênea. Em outros termos, é necessário diferenciar a empresa municipal que lançaria amplas obras hausmannianas, redefinindo assim a identidade social e/ou étnica sobre grandes áreas e o órgão de gestão de uma copropriedade tendo o poder de selecionar seus futuros moradores. A discriminação do espaço segue uma lógica descendente (*top-down*) no primeiro caso, e ascendente (*bottom-up*) no segundo. E, se ambas as formas segregacionistas, excludente e exclusiva, organizam o espaço urbano há muito tempo e com certa simultaneidade, deve-se, ainda, entender uma evolução histórica.

Quando nasceu a disciplina urbanística moderna, a partir da segunda metade do século XIX, a cidade parecia um objeto amplamente inadaptado ao seu tempo. A industrialização massiva e/ou o desmantelamento do sistema patriarcal, e mesmo escravista às vezes, provocaram migrações para o urbano em massa. As cidades foram confrontadas com um grande afluxo de novas populações, alterando intensamente as densidades e os contextos sociológicos locais. Consequentemente, o equilíbrio tradicional não existia mais. Diante da inadequação dos tecidos urbanos e das disfunções importantes encontradas, uma ação efetiva se tornou indispensável. Porém, o urbanismo desenvolvido neste período não se contentou em oferecer soluções técnicas aos problemas das cidades; ou, quando esse foi o caso, as escolhas realizadas mostravam uma orientação precisa. Portanto, o planejamento também provou ser um projeto de organização do espaço voltado para os interesses das camadas dominantes da sociedade, como se fosse necessário renovar a cidade depois de um processo de heterogeneização da demografia citadina. As ondas migratórias tinham, de fato,

democratizado a cidade com uma nova miscigenação populacional. E as medidas urbanísticas adotadas, que ganharam legitimidade principalmente em uma emergência sanitária, ofereciam também um meio de rever as condições dessa coexistência. Assim, nas maiores cidades ocidentais, as autoridades municipais muitas vezes intervieram para que fosse instaurado um amplo aparelho segregacionista. Em nome de código sanitário, numa época em que muitos bairros apresentavam condições de vida realmente deploráveis, muitas moradias foram destruídas e seus moradores expulsos, não tendo outra escolha senão o deslocamento para subúrbios igualmente precários. As políticas de haussmannização que visavam modernizar os tecidos urbanos antigos também foram outro pretexto para que fossem desalojadas as populações mais pobres das áreas centrais.

Aliás, tais ações tinham uma conotação civilizadora: enquanto a cidade ganhava prestígio, o poder público escondia nos subúrbios a vida e as pessoas que não lhe convinha mostrar. Também, muitas vezes a difusão de regulamentos de zoneamento restringiu a ocupação das áreas centrais por populações étnica ou socialmente indesejáveis, proibindo certos tipos de moradia ou ainda atividades econômicas nas quais atuavam com sucesso algumas comunidades visadas. Enfim, as administrações de nível estatal participaram do desenvolvimento deste aparelho segregacionista institucional, conduzindo políticas de habitação altamente discriminatórias.

Após a Segunda Guerra Mundial, e em ritmos diferentes segundo os países ocidentais, este modelo segregacionista excludente e institucionalizado perdeu força. O comportamento do poder público em relação ao tema evoluiu positivamente. Mesmo ainda tendo muito a evoluir, os legisladores, as jurisdições supremas e as pressões populares têm vindo a limitar progressivamente as capacidades discriminatórias das administrações públicas. As reivindicações defendidas pelas minorias ou pelas sociedades civis e um melhor acesso aos jogos políticos locais e nacionais para populações, que anteriormente eram excluídas, modificaram o equilíbrio das forças. O urbanismo público não é mais subserviente apenas aos interesses das elites, no entanto, a segregação marca da mesma maneira o urbano atual. Mas alguma coisa mudou especialmente na distribuição do espaço. Geralmente, o modelo segregacionista de tipo excludente opunha de maneira clara e através de fronteiras nítidas grandes regiões. Muitas vezes, a identidade do núcleo se distinguia da dos subúrbios ou existia uma diferença de prestígio entre os bairros do oeste e do leste. Por inércia, este modelo geográfico mais dual continua a estruturar o espaço de várias cidades. No entanto, ele tende a desaparecer, dando lugar a um modelo de organização mais complexo, desenhado principalmente por atores privados que priorizam os territórios habitacionais. O espaço mostra, assim, com muita frequência uma face mais estilizada, mais fragmentada e mais dificilmente legível. Sem dúvida, isso é a morfologia de uma cidade cada vez mais amplamente elaborada segundo um modo ascendente (*bottom-up*)². E provavelmente é necessário considerar essa

² Em certas cidades, como no Rio de Janeiro ou São Paulo, por exemplo, os empreendedores privados contribuíram muito cedo para a elaboração e expansão do espaço urbano. No fim do século XIX, esses atores muitas vezes

transição, entre um primeiro modelo segregacionista excludente e um segundo de natureza exclusiva, ao menos em parte como significativa de uma evolução no equilíbrio das forças. Depois de ter perdido progressivamente sua capacidade de organizar o conjunto da cidade de acordo com os seus interesses, as elites teriam achado mais vantajoso concentrar os seus investimentos em um bairro residencial, menor e mais fácil de controlar. No final, embora não haja sempre uma vontade claramente segregacionista nas escolhas residenciais feitas por estas populações, o espaço se discrimina porque essas vão procurar o ambiente residencial que melhor corresponde a suas expectativas. Por sua vez, o mercado imobiliário de residências se segmenta, reduzindo as possibilidades de coexistência.

3. Fechamento residencial e utopia do habitar

Os conjuntos residenciais fechados mostram, finalmente, características muito próximas das cidades imaginadas pelos utopistas literários. R. Ruyer (1950) pôde justamente levantar alguns elementos constitutivos dos mundos utópicos. Tais cidades são, antes de tudo, entidades isoladas, insulares, autárquicas e frequentemente protegidas por vastas muralhas. Assim, o estrangeiro que por acaso encontrasse o caminho para acessar esse destino imaginário teria ainda que ultrapassar a muralha. Essa proteção oferecida à utopia é uma garantia contra o real, cujas derivas não poderão vir corromper a sociedade descrita, pois o mundo imaginado é geralmente uma antítese, opondo-se em diferentes pontos ao meio real. Em resposta a um caos ambiente, o autor propõe uma sociedade perfeitamente regulada, e muitas vezes este aspecto é visível no conjunto residencial fechado. Muitas são as famílias que optam por morar em um determinado lugar não somente pelo seu fechamento, mas também pela garantia de qualidade do ambiente, enquanto que o poder público nem sempre pode oferecer tais dispositivos. As cidades utópicas também são muitas vezes estritamente reguladas, revelando certo autoritarismo. O controle social é extremo, consentindo pouca liberdade à população. E mesmo que não seja assim em todos os conjuntos residenciais fechados, existe ao menos uma tendência. As condutas a adotar, os horários do cotidiano, as visitas de pessoas de fora, a posse de animais de estimação podem, por exemplo, ser submissos à regulamentação, normalmente muito menos flexíveis que nos espaços residenciais abertos. Faz-se também necessário assegurar a forma arquitetônica, paisagística e urbana iniciais, pois a degradação do aspecto original significaria a degradação do conjunto residencial e, conseqüentemente, a perda do *status*. Na utopia, a dimensão espacial é igualmente importante, pois uma falha nos cuidados faria com que a cidade perdesse a sua

propunham às elites um habitat que os poderes públicos, ainda pouco organizados, não tinham condições de oferecer. A cidade ainda não tinha sido construída pelas autoridades para torná-la adaptada às necessidades das camadas mais ricas. O dinamismo e a influência que os empreendedores privados progressivamente mostraram no espaço urbano desde o fim da Segunda Guerra Mundial não eram, no entanto, inexistentes nos contextos mais antigos. Algumas cidades, desde seus primórdios, têm um plano bastante estilizado, revelador de uma segregação mais exclusiva. É somente mais tarde, no início do século XX, que o espaço passa a ter um caráter mais excludente. É apenas de forma abrangente que se pode diferenciar modelos segregativos excludente e exclusivo, ou mesmo urbanismos ideológico e utópico.

perfeição, levando-a uma degradação inevitável. A harmonia e a geometria do conjunto devem ser imperativamente preservadas, pois elas são símbolo do bom funcionamento da sociedade utópica. Portanto, tanto na cidade ideal quanto nos conjuntos residenciais fechados, reina o dogma da fixação. Nos dois mundos teme-se mais a desvalorização que as eventuais evoluções positivas. Na utopia, um universo ahistórico, o tempo geralmente não altera as instituições e as formas urbanas. O conjunto residencial fechado é tradicionalmente administrado por um órgão regulador que aceita mais facilmente mantê-lo no mesmo estado que modificá-lo. Para que haja mudanças, em diferentes aspectos, é necessária uma votação dos proprietários com maioria de votos, ou às vezes até com unanimidade de votos em casos mais importantes. Enfim, seja na utopia ou no conjunto residencial fechado, certa homogeneidade é em geral mantida, tanto no aspecto das edificações, pois autoriza apenas formas arquitetônicas similares, quanto, evidentemente, na população residente. O destino do conjunto é, portanto, mais fácil de prever, já que se espera satisfazer famílias e indivíduos com perfis semelhantes.

Provavelmente não é por acaso que os dois mundos, a cidade ideal e o conjunto residencial fechado, parecem formados por características similares. Nos dois casos a forma utópica se construiria em oposição à essência ideológica, e para se emancipar, a entidade criada deve responder a critérios de distinção, de integridade e de uniformidade. Sem isso, as formas desaparecem no fundo, não voltando mais a existir. Daí vem a necessidade de certo rigor na gestão, para que a identidade particular do lugar seja preservada. Aliás, outro ponto é particularmente interessante, seja na cidade ideal ou nos conjunto residencial fechado, uma ligação importante se estabelece entre as espacialidades e as instituições. Uma não pode existir sem o outro. É uma segurança para o morador saber que o seu contexto de vida é gerenciado por um órgão administrativo que defende os interesses do habitar, e não os interesses coletivos, este último podendo muitas vezes lhe ser desfavorável. E provavelmente se esclarece então uma das causas da fragmentação contemporânea do espaço urbano. A cidade passa a ser disputada por instituições que têm outras intenções, muito mais localizadas e setoriais. Sobretudo as elites, ainda que seguidas por outros extratos demográficos, foram as primeiras a perceber as vantagens em ligar seu destino, ao menos em parte, ao poder dos habitantes. A tensão entre o habitar e a cidade não existe, portanto, somente através dos muros, ou mesmo nas fronteiras geográficas que separam esses dois mundos menos fisicamente mas também no nível político. Pois os espaços dissociados dessa forma revelam órgãos administrativos diferentes.

A principal hipótese levantada neste texto convida a interpretar esta atenção nova das elites ocidentais sobre seus espaços de vida, principalmente como consequência de uma perda do poder. Tendo se democratizado, a cidade não é mais essa área que se modelava para responder a seus próprios interesses. Em revanche, muitas vezes pela proposição de investidores privados, essas populações encontraram nos produtos residenciais, fechados ou não, um suporte para a sua causa. Em outras palavras, por essa mudança estratégica pela

qual elas estavam limitadas, as elites teriam passado de um modo residencial de natureza ideológica a um modo de habitar de natureza utópica.

Conclusão

A valorização contemporânea do habitar, visível principalmente no fechamento mais ou menos concreto das áreas residenciais, não é um fenômeno neutro. A definição territorial do habitat e do ambiente, e também a maneira como eles se conectam com o restante do espaço urbano, traduz uma relação complexa entre a família e a cidade. Muitas vezes foram utilizados fatores econômicos para explicar esse processo, que faz do habitar uma esfera de ação eficaz e permite defender os interesses setoriais. Neste texto, foi proposta uma outra leitura, mais baseada nas relações de força e retomando os conceitos de ideologia e de utopia, sem nenhuma pretensão de contestar a qualidade da primeira análise. As duas interpretações do fenômeno podem ser muito certamente complementares.

Os conceitos de ideologia e de utopia, deixados em segundo plano pela maioria dos pesquisadores contemporâneos, poderiam ajudar a desenvolver uma nova leitura do espaço e de sua evolução. Certamente o binômio tem o defeito de ser por demais binário, levando a uma análise às vezes um pouco caricatural, mas um potencial existe. Recentemente, a ciência deixou de lado esses dois objetos científicos por sua conotação modernista. F. Lyotard (1984) e J. Baudrillard (1994) definiram, cada um à sua maneira, a pós-modernidade como uma era em que não havia mais lugar para a ideologia e para a utopia. Mas talvez as nossas chaves de leitura do mundo que devam ser adaptadas. Frequentemente a utopia é pensada como modo forçosamente progressista, se portando contestadora de um real ou de uma essência ideológica dominados pelas elites. Com a democratização das sociedades ocidentais, é imprescindível rever essa relação, pois as relações entre dominantes e dominados mudaram muito. Por que as elites, que no passado se beneficiavam de uma capacidade de ação muito superior, não poderiam adotar modos mais utopistas em reação às decisões mais democráticas e que lhes eram simplesmente menos favoráveis?

Referências

ARENDDT, H. **On violence**. Nova Iorque: Harcourt Brace, 1969.

BACON, F. **Nova Atlantis**. 1624.

BAUDRILLARD, J. **The illusion of the end**. Cambridge: Polity, 1994.

CABET, E. **Voyage en Icarie**. Paris: Bureau du Populaire, 1848.

CAMPANELLA, T. **La città del sole**. 1602.

DADOUN, R. **L'Utopie, haut lieu d'inconscient, Zamiatine, Duchamp, Péguy**. Paris: Sens & Tonka, 2000.

DONZELOT, J. La nouvelle question urbaine. **Esprit**, n° 11, 1999, pp.87-114.

HARRINGTON, J. **The commonwealth of Oceana**. London: D Pakemen, 1656.

LYOTARD, J. F. **The postmodern condition**: a report on knowledge. Minneapolis: University of Minnesota, 1984.

MANNHEIM, K. **Ideologie und utopie**. Bonn: Friedrich Cohen, 1929.

MORE, T. **Utopia**. 1516.

PINSON, D. La monumentalisation du logement : l'architecture des ZUP comme culture. **Les Annales de la recherche architecturale**, 1997, pp.51-62.

RUYER, R. **L'Utopie et les utopies**. Paris: Presses universitaires de France, 1950.